

## EDITORIAL

A Revista Política & Trabalho chega ao seu número 50! É com satisfação que esta edição disponibiliza o dossiê “Sociologia(s) em escala individual”, organizado pelos professores Giovanni Boaes (UFPB), Sheila Borges de Oliveira (UFPE) e Rodrigo Vieira de Assis (UERJ). Trata-se de um dossiê robusto, cuja apresentação já mapeia de forma clara e contundente as dimensões da importância das chamadas “sociologia em escala individual” para pesquisas e debates atuais.

Tal vertente é introduzida como tributária de tradições sociológicas dos séculos XIX e XX que não teriam sido valorizadas a contento pela sociologia mais recente, nem mesmo pelo que ficou conhecido como “novo movimento teórico”, conformado por esforços sintéticos de autores como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jürgen Habermas, Niklas Luhmann e – com mais sucesso, de acordo com os organizadores do dossiê – Norbert Elias. As “sociologias do indivíduo”, assim, têm suas ancoragens, rupturas e diálogos bem delineados logo na entrada da presente edição.

Preconizada por autores como Jean-Claude Kaufmann, François Dubet, Claude Dubar, Danilo Martuccelli, Vincent de Gaulejac, Dominique Memmi, Alain Ehrenberg e Bernard Lahire, a corrente não negligencia o social, mas considera o nível individual como uma prolífica “chave de acesso à realidade societária”, em termos metodológicos, analíticos e teóricos. Para o próprio Lahire, que não figura sozinho, mas tem posição de destaque no conjunto de trabalhos a seguir, toda sociologia em escala individual seria “uma sociologia da socialização”, uma vez que, para ele, “o que é individual é social e o que é social é individual”.

Diante disso, e com a proposta de pensar “com e contra Bourdieu”, trabalha-se com a noção de um “ator plural” em um “mundo plural”, construída em oposição à ideia bourdieusiana de um agente com um *habitus* unificado e unificador, que se moveria em *campos* coerentes. A sociologia em escala individual promove um enquadramento interdisciplinar para trabalhar em dois níveis, o “interindividual” e o “intraindividual”, com a intenção de captar não apenas o “social desdobrado”, mas também as dobras do social, acessadas via indivíduo.

Com sua diversidade temática e variada afiliação institucional, o presente dossiê dá mostras da versatilidade e da vivacidade dessa ramificação sociológica, que vem ganhando preeminência no universo acadêmico brasileiro. Formado por artigos que apresentam pesquisas e análises rigorosas – que perpassam temas que vão desde o consumo de classes populares e de elites, à educação superior, passando por práticas culturais como o maracatu e mesmo por uma sociologia dos nomes próprios – e por uma entrevista, uma tradução inédita e uma resenha de livro recentemente publicado por Lahire, e ainda sem tradução no Brasil, ele constitui-se, desde já, referência central nos estudos sobre o tema no país.

Além disso, mais seis artigos recebidos em fluxo contínuo contribuem para a relevância da nossa Edição 50. Com vários objetos específicos, trazem em comum discussões sobre as relações entre trabalho, organizações, Estado e subjetividades. Em “As linguagens do novo capitalismo: os casos exemplares da Endeavor Brasil, Artemisia e Ashoka Brasil”, Alexandre Barbalho e Carolina do Vale Uchoa analisam, por meio da Análise Crítica do Discurso, os materiais produzidos por três organizações escolhidas como exemplares, que apresentariam “manuais” para o chamado “empreendedorismo social no Brasil”. Tal análise traz elementos para a apreensão de uma forma importante de atualização do capitalismo como discurso e prática.

No mesmo domínio de pesquisa, o artigo “Executivos sob intervenção: organização e controle do trabalho sob a lógica da financeirização”, de autoria de Patrícia Saltorato, Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti Sigahi e Geraldo Tessarin, traz um estudo de caso que também revela mudanças pragmáticas e simbólicas na organização do trabalho com foco na gestão do desempenho e nos mecanismos de controle, em uma credenciadora de cartões de crédito. O artigo aponta os dispositivos que concorrem para a individualização, a competição e a precarização do trabalho, experimentadas por trabalhadores sob ameaça de “intervenção”.

No artigo “O caso Atento: reflexões sobre as novas configurações do trabalho a partir de uma multinacional de TIC” Maria Aparecida Bridi, Sidnei Machado e Gabriela Portella tomam por objeto uma grande empresa “prestadora de serviços de gestão do relacionamento com clientes e processos de negócios”. Por se tratar de uma multinacional “intermediadora de mão de obra”, é de suma importância a identificação, feita pelo artigo, de como se configuram, no seio de tais empresas conhecidas como *call centers* ou centrais de *telemarketing*, o trabalho, as relações de trabalho e as condições trabalhistas.

Com outro foco empírico, mas dentro de constelação semelhante de preocupações, José Fernando Souto Jr. nos apresenta “A engrenagem da produção de frutas: Estado, empresários e trabalhadores no Vale do São Francisco”, no qual busca entender a recente construção do “modelo de desenvolvimento” no Vale do São Francisco. O texto analisa as condições específicas de “**êxito do modelo**” do Vale como produtor de hortifrutigranjeiros, mostrando a “ação empresarial induzida e estimulada pelas agências governamentais federais”, a organização do empresariado em cooperativas e associações que atuaram junto a esferas de governo, bem como a incorporação dos trabalhadores como forma de dotar o modelo em tela de consenso e previsibilidade.

Ainda na seara dos estudos em torno do trabalho, mas com as lentes no âmbito da educação, o artigo “Da Constituição Federal de 1988 ao Plano Nacional de Educação 2014-2024: arduas apropriações da noção de valorização do trabalho docente” se debruça sobre as noções de valorização do trabalho do professor nas políticas educacionais federais, que estariam em contradição com as práticas educativas concretas. Robson da Silva Rodrigues e Áurea de Carvalho Costa indicam que tal contradição decorre da substituição do sentido axiológico do termo por critérios relacionados “ao cumprimento de prescrições externas sobre o seu trabalho, que resultariam em recompensas na forma de remuneração, benefícios e progressão na carreira,

articulados à cultura do desempenho e da performance”, diante do que propõem a necessidade de superação desse entendimento por uma compreensão que vincule os problemas enfrentados pelos professores às condições de trabalho do modo de produção capitalista.

O trabalho que fecha a presente edição, “Fazer-se Estado a partir das fronteiras: circulação de corpos, objetos e significados entre os muros da prisão”, de autoria de Francisco Elionardo de Melo Nascimento e Roberto Marques, coloca em discussão as “fronteiras da prisão” tal como seriam definidas nos “pontos de verificações que controlam os fluxos e circulações de pessoas, objetos e informações”. Apontam a existência de “porosidades entre o dentro e fora das prisões” e concebem “as fronteiras do Estado como performance de composição do Estado”, atentando à “produção da subjetividade das pessoas”, implicada em tais processos.

Boa leitura!  
Os editores